

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PRÁXIS EMANCIPATÓRIA

PAULO ROBERTO PADILHA¹

RESUMO

Este artigo discute a urgência de um posicionamento mais crítico e propositivo por parte de educadoras e educadores comprometidos com a Educação em Direitos Humanos, no sentido de incluírem esta discussão no dia-a-dia da escola e do currículo que ela pratica. Sem isso, o discurso em defesa dos direitos humanos não avança e as forças conservadoras, reacionárias e até fascistas da sociedade, ampliam seus discursos e ações, destruindo direitos historicamente conquistados pela sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Educação em direitos humanos; práxis emancipatória; educar a sensibilidade; justiça; PNEDH, educação intertranscultural, projeto eco-político-pedagógico; intersetorialidade.

1. Doutor e mestre em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, é pedagogo, bacharel em ciências contábeis e músico. Autor dos livros “Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola” (São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001. 8 ed., 2009), “Educar em Todos os Cantos: reflexões e canções por uma Educação Intertranscultural” (São Paulo (Cortez/Instituto Paulo Freire, 2007) e “Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a Educação (Cortez, 2004), entre outros. Está coordenador geral da EaD Freiriana, do Instituto Paulo Freire e coordena o projeto musical e de arte-interativa intitulado “Transbordarte2033” (www.transbordarte2033.com.br). Contato para palestras: padilha@paulofreire.org; Contato para shows musicais relacionados a temas educacionais, socioculturais e socioambientais, Educação em Direitos Humanos entre outros: padilha5200@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses the urgency of a more critical and proactive positioning by educators and educators committed to human rights education, in order to include this discussion in the daily life of the school and the curriculum it practices. Without this, discourse in defense of human rights does not advance and the conservative, reactionary and even fascist forces of society broaden their discourses and actions, destroying rights historically conquered by Brazilian society.

KEYWORDS

Human rights education; emancipatory praxis; educate sensitivity; justice; PNEDH, inter-transcultural education, eco-political-pedagogical project; intersectoriality.

Enquanto houver opressores e oprimidos é preciso denunciar a opressão e buscar formas de sua superação. Enquanto houver injustiça é preciso lutar para afirmar direitos. Enquanto houver desigualdade, preconceito, discriminação e exclusão, cabe à educação reafirmar-se enquanto instância privilegiada da sociedade para organizar e, até mesmo, coordenar processos que contribuam para a reversão de todos os tipos de negação de direitos. É por isso que compreendo, cada vez mais, a Educação em Direitos Humanos como práxis emancipatória.

Vivemos dias difíceis, no Brasil e no mundo, em que parcelas significativas da sociedade, que representam forças sociais ultraconservadoras, reacionárias e até mesmo fascistas, ocupam diferentes espaços na economia, na política, nos parlamentos, nas igrejas que, por exemplo, formam, só, para dar um exemplo bem brasileiro, bancadas no congresso nacional que ficaram conhecidas como BBB: bancadas do boi, da bala e da bíblia.

Estes e outros movimentos ultraconservadores, no nosso país, têm contribuído para o avanço de uma maciça propaganda midiática na direção da supressão de direitos sociais, humanos, culturais, e mesmo no sentido de que, nas próprias escolas, não se permita discutir, por exemplo, temas relacionados aos direitos humanos – como diversidade de gênero, diversidade sexual, entre outros. Isso se mostra, por exemplo, no que ficou conhecido como proposta da Escola Sem Partido. Mesmo sofrendo derrotas importantes no campo jurídico, pois, quando se proíbe, como querem, a livre e democrática discussão em torno de temas como os citados, nas escolas, isso fere direitos constitucionais. Mas apesar dessas importantes derrotas, tais reações ultraconservadoras acabam conseguindo alcançar o imaginário popular, por meio das mídias, o que, por sua vez, acaba tendo reflexos no aumento da violência na escola, nas ruas, bem como no aumento da intolerância. E, pior ainda, acaba provocando estragos em relação a históricos avanços conquistados no campo dos direitos humanos, nos últimos 50 anos.

Um desses avanços é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que tem como seu primeiro objetivo geral, “destacar o papel estratégico da Educação em Direitos Humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”.

Verdade que após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, de 2016, fica até difícil afirmarmos que no Brasil continua havendo um Estado Democrático de Direito, como advogam importantes juristas. No entanto, como sempre afirmamos esta condição de nossa convivência social republicana, não há como negarmos este Estado Democrático de Direito, mas que consolida na vida cotidiana de seu povo e não, apenas, na letra da lei, por mais importante que esta seja. É nesse sentido que a Educação Em Direitos Humanos se faz necessária e indispensável, sobretudo na contemporaneidade.

Educadores e educadoras, que assim se afirmam e agem, no sentido mais profundo do que significa ser educador ou educadora, tem o compromisso de lutar, todos os dias, pelo fim da desigualdade, da injustiça e da violação dos direitos humanos, dos animais e da natureza em seu sentido mais amplo. Na verdade, todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação, quaisquer que sejam suas atividades funcionais, são ou deveriam ser contra todas as formas de naturalização da violência e, por conseguinte, estudiosos e defensores da Educação em

Direitos Humanos. Mas de uma educação que educa também pela sensibilidade, pela valorização da cultura, das artes e da ciência.

Não é por acaso Paulo Freire, sempre defendeu a educação como ato político, reafirmadora de direitos. Até porque política faz parte da vida. Como já temos discutido em outros textos e contextos, quando falamos em educação emancipatória, objetivo desta discussão, estamos defendendo o fortalecimento e a reconstrução da própria humanidade do oprimido, que e o coloca em condições de lutar coletivamente contra todas as formas de desumanização, de opressão, de alienação cultural, educacional, política e econômica, de desigualdade, de exclusão, de discriminação, de preconceitos, de submissão do homem pelo homem – diríamos também da mulher pela mulher ou das pessoas não-binárias pelas pessoas não-binárias – e da destruição do próprio planeta em que vivemos.

Veja-se este exemplo: como podemos hoje, ao sermos educadoras e educadores, falar em direitos humanos ou em Educação em Direitos Humanos, sem considerarmos em nossos textos e contextos, o respeito às diferentes identidades de gênero? Como posso, por exemplo, numa simples ficha de cadastro pessoal ou de um breve diagnóstico pessoal, perguntar apenas se a pessoa é homem ou mulher, suprimindo o direito das pessoas que não se reconhecem nem como homens ou mulheres, ou seja, excluindo deste simples formulário, o respeito às pessoas que se consideram “não binárias” em termos de gênero? Um simples exemplo que nós, educadoras e educadores, ao falarmos na construção de uma sociedade justa, não podemos deixar de observar, até mesmo para darmos exemplo e mudarmos a linguagem. Afinal, linguagem é cultura e, se não altero a linguagem preconceituosa, discriminadora, fica mais difícil superar a cultura de discriminação.

Portanto, reiteramos: há que reconhecemos, nos mínimos detalhes de nossas ações cotidianas, a necessidade do respeito e da valorização às diversidades e às identidades, que, inclusive, pouco ou nada aparecem, ainda hoje, nas atuais publicações em educação, incoerência que não podemos cometer quando escrevemos na perspectiva freiriana.

Se a educação que queremos e fazemos visa a um mundo menos injusto e menos feio, como também escreveu Freire, seguimos com o desafio e a exigência histórica de praticarmos uma educação intencionalmente política e, portanto, emancipatória. Mas, não só política, pois até defensores desta educação, às vezes, por hipervalorizar esta dimensão, acabam deixando de lado outras dimensões da vida, das relações e das interconexões humanas, que devem ser reafirmadas pela valorização da sensibilidade, de amorosidade, da emoção quando educamos e nos educamos. Infelizmente, não é difícil encontrarmos educadores e educadoras com discursos progressistas, mas com práticas preconceituosas, reacionárias, machistas etc. Cabe-nos, portanto, extrema vigilância diária às nossas próprias práticas e discursos. Isso também é reafirmar a Educação em Direitos Humanos, começando por nós.

Vemos nas ruas, nas escolas, nas empresas, em todos os cantos – nos jornais, nas mídias, num ritmo crescente e assustados, a naturalização do preconceito contra, por exemplo, as pessoas empobrecidas, e as tevês anunciam, como se estivessem vendendo um produto, o gigantesco aumento do empobrecimento das pessoas

do país. Isso já não causa comoção nem reação. É apenas mais uma notícia. A pergunta que nos colocamos, como educadores e educadoras que praticamos a Educação em Direitos Humanos: até quando vamos lidar “numa boa” com o mundo feio criado e alimentado todos os dias pela lógica neoliberal, global, de todas as mídias globais que levam multidões à cegueira ideológica? Que convence gente boa a naturalizar a violência, a querer se armar para se defender, a achar que bandido bom é bandido morto? A defender a pena de morte? Até quando vamos dar maus exemplos para as nossas crianças e para os nossos jovens?

É por isso que necessitamos mais e mais de Educação em Direitos Humanos. Mas não de uma educação alienada e alienante, mercantilizada, tecnicista e instrumental. Mas de uma educação transformadora, que tenha coragem e dignidade de NÃO ABRIR EXCEÇÃO para a lógica da miséria, do mercado, da autoajuda. Não à explosão dos sistemas de ensino nas escolas, que alienam professores e alunos, que não formam para o exercício da cidadania e da autonomia. Não à Educação a Distância instrumental, que treina de forma massificada. Seremos freirianos, nesse sentido, é denunciarmos este estado de coisas, é não aceitarmos em nossas escolas e na nossa sala de aula estes tipos de “produtos”, que desrespeitam as nossas presenças enquanto seres pensantes e seres que querem transformar mundo.

Importante notar: não estamos sozinhos nesse processo: quanto mais nos fizermos presentes na luta pela Educação em Direitos Humanos, dentro e fora da escola, mais pessoas que pensam como nós, e que sonham como nós, encontraremos. E juntos, somos mais fortes.

Continuando nessa mesma linha: até quando vamos permitir que se gaste tão mal o dinheiro público? Até quando vamos gastar com materiais brilhantes e coloridos, vazios de conteúdos e, pior ainda, com conteúdos que, além de não dialogarem praticamente nada com os saberes, com a cultura e com as demandas concretas de nossas comunidades e de nossos estudantes, ainda afirmam e reafirmam valores conservadores, rançosos, belicosos e preconceituosos, negando o nosso direito de discutirmos todos os assuntos que a escola deve discutir como os seus alunos?

Até quando vamos suportar o autoritarismo nas escolas, nos conselhos escolares, o currículo pronto, que vem de cima para baixo, os livros didáticos e paradidáticos caros, que alimentam a indústria editorial no país, sempre com critérios de seleção e de escolha, no mínimo, questionáveis? Toda professora e todo professor sabe disso. Ou não sabe? Mas isso se aplica a todas as áreas. Se algo deu certo neste país, na perspectiva intersetorial, foi isso: o mal uso do dinheiro público, a compra de produtos superfaturados, a utilização de materiais de formação de qualidade, no mínimo, questionável, seja em termos de qualidade pedagógica, seja em termos de concepção de mundo, de natureza humana e de sociedade.

Educar na perspectiva da Educação em Direitos Humanos é “ênfatisar o desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos” (objetivo “b” do PNEDH), mas em todas as instâncias da sociedade. Até quando vamos nos silenciar diante disso? E para dar mais um exemplo: os profissionais da saúde, estão ou não estão descontentes com o tipo de atendimento que damos ao público nos hospitais públicos? E, pior ainda, nos dias atuais, até mesmo nos hospitais particulares? Médicos e enfermeiras: estão contentes, efetivamente, com o atendimento de saúde que

estão oferecendo à população? Eles estão “contentes” com o tipo de saúde que têm oferecido, que, na maioria dos casos, nega o direito humano à saúde?

E na segurança pública? Estariam os profissionais da Segurança Pública federal, estadual e municipal, satisfeitos com o atendimento e com o entendimento de “segurança pública” no país? Como está a violência na sociedade? Estarão dando conta de conter a criminalidade? Quais seriam as saídas? Por que tanta corrupção? Por que a criminalidade e a violência têm aumentado dia após dia, mesmo com os investimentos nestes setores, como não se cansam de noticiar os nossos governantes? Qual o investimento que temos dado à educação continuada dos profissionais da Segurança Pública no país, em torno de uma política de Segurança Pública cidadã, que dialogue com a comunidade, que valorize os direitos humanos, que invista não apenas na punição, no encarceramento, mas, sobretudo, na prevenção da violência?

Uma das grandes virtudes de Paulo Freire era o fato de ele ser um grande perguntador, um grande problematizador. Portanto, perguntemo-nos, uns os outros, umas para as outras, e para a própria sociedade: quantos de vocês e de nós, hoje, consideram que “bandido bom é bandido morto”? O que se passa com as políticas nacionais de direitos humanos? Por que muitos, de forma cínica, consideram bobagem dedicar atenção aos Direitos Humanos, com o argumento, evidentemente raso e preconceituoso, de que hoje se pratica mais os direitos “dos manos” do que “direitos humanos e que, por isso, faz-se necessária uma política mais repressiva, com a adoção da pena de morte e com o recrudescimento das penas – até mesmo, a recente proposta da redução da maioria penal, felizmente fracassada. Como fica, por exemplo, a promoção de uma cultura de direitos?

Lembro também que a concepção de Educação em Direitos Humanos está expressa na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Temos também as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que contribuem para a promoção de processos educacionais voltados para a democracia e a cidadania. Nesse sentido, cabe a todas as instituições educacionais do país – dentro e fora da escola, educar na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. Ouso afirmar mais: escola que se digne, em todos os níveis e em todas as modalidades de educação, deve incluir a Educação em Direitos Humanos no seu currículo. Até porque se trata de um tema transversal, como também está previsto no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Os exemplos que acabei de dar – referindo-me à educação, à saúde e à segurança pública, mostram a importância de termos, hoje, políticas integradas, intersetoriais, intersecretariais e interministeriais, colocando em prática, inclusive e sobretudo, o Regime de Colaboração entre governo federal, estados e municípios, conforme prevê a Constituição Federal e o próprio Plano Nacional de Educação, que está em tramitação no Congresso Federal neste momento.

Reitero aqui os princípios da Educação em Direitos Humanos, presentes nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,² que têm por finalidade

2. Vide parecer homologado – Despacho do Ministro publicado no D.O.U DE 30/5/2012, Seção 1, pág. 33 – parecer CNE/CP n. 8/2012, Colagiado CP, Aprovado em 6/3/2012.

promover a educação para a mudança e a transformação social: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e, finalmente, sustentabilidade socioambiental, bem como os princípios e linhas gerais de ação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2013).

Paulo Freire nos ensinou a recusar o imobilismo, a manifestarmos a nossa “justa ira” e a promovermos a radicalidade democrática. Fora disso, estaremos contribuindo para naturalizar a injustiça, a desigualdade e a feiura do empobrecimento da sociedade em todos os sentidos, começando pelo empobrecimento econômico, educacional, social e cultural. Por isso, a importância de uma Educação em Direitos Humanos e em direitos na natureza e do planeta. Uma educação que aconteça na prática, que respeite os saberes das crianças, dos jovens, dos adultos, das pessoas idosas, que valorize os saberes das pessoas que portam algum tipo de deficiência física ou psicológica.

Que educadores e educadoras possam aproveitar este momento de absoluta crise, sobretudo de valores, para engrossarem os movimentos de luta por uma educação que respeite, que valorize e que proponha a convivência respeitosa e amorosa entre as diferentes etnias, culturas, sexualidades, religiosidades e gerações. Uma educação que seja repleta de arte, todo tipo de arte..... da música, da poesia, da literatura, das artes cênicas, plásticas, virtuais, marciais, corporais etc. Mas não arte como ornamento, mas arte como forma e manifestação de conhecimento, de sabedoria popular. de emoção, de sensibilidades, de politicidade, de alegria, de prazer, de criatividade, de curiosidade e de aprendizagens. Uma educação que ressignifique as suas terminologias. Por exemplo: em lugar de “público-alvo”, que utilizemos “públicos participantes”. Em vez de “grade curricular”, “matrizes curriculares”, e assim por diante – ou seja, cuidarmos, com cuidado e carinho, da linguagem, pois linguagem é cultura.

Falta educação popular na educação “formal” de nosso povo. Falta educação popular nas nossas escolas e universidades. Falta-nos encharcar as universidades do saber popular. Falta à academia, e a grande parcela dos acadêmicos, aprenderem a realizar as suas pesquisas com base nas necessidades, nas demandas e em diálogo com saberes das comunidades. Não só isso, evidentemente, mas também isso. Nada contra a pesquisa estritamente teórica que, afinal, é também necessária e importante. Mas, assim, quem sabe um dia, teremos uma universidade que, realmente, dialogue com a “universidade” de saberes da sociedade e, não apenas, que realize as suas pesquisas fechadas em si mesmas, disputando os recursos e os rankings criados pela própria academia.

Que a educação nacional e a população brasileira possa se sensibilizar, com o trabalho de brasileiras e brasileiros, no sentido de garantir a alfabetização jovens, adultas e idosas, que ainda são mais que 11 milhões no nosso país – sem falarmos no analfabetismo funcional – e que possam aprender a ler e a escrever, mas que também possam aprender por meio da alfabetização digital, alfabetização cultural.

Mas por onde começar? Como superar o fundamentalismo e a falta de diálogo. Como vencer a intolerância? Certamente, praticando a Educação em Direitos

Humanos. Um dos caminhos, como temos defendido, é praticarmos o que chamo de “educação intertranscultural”, que coloque em diálogo diferentes culturas, reconhecendo, convivendo e respeitando as suas diferentes diferenças e múltiplas semelhanças (PADILHA, 2004; 2007; 2012). Por este caminho, podemos fortalecer lutas já em curso e inaugurar outras reações, que digam não a todo tipo de preconceito, de violência e de alienação cultural, política e econômica.

Que em seus projetos eco político-pedagógicos, as escolas e universidades do país possam, enfim, trabalhar com a Educação em Direitos Humanos nos seus currículos. A partir deste processo, os direitos humanos passarão a entrar no currículo da escola, da educação nacional, como luta efetiva pela garantia de direitos, que, na prática, se traduz por educação de qualidade sociocultural e socioambiental, como gosto de dizer... por uma educação que contribua para a vida de qualidade de todas as pessoas, não de meia dúzia de pessoas que enriquece, enquanto a grande maioria das pessoas empobrece dia após dia. Luto por uma educação entendida com direito humano fundamental que contribui para a dignidade das pessoas.

Educação que dignifica não pode ser educação que fragmenta, que divide, que separa. Ela aproxima, mistura, permite o conflito amoroso, crítico e dialógico entre as pessoas, entre as culturas e as ciências. Esta educação é a educação do século 21 que buscamos: uma educação conectiva, que dê unicidade às ações educativas, que conecte os múltiplos saberes da sociedade, que dialogue com a inteligência e com a boniteza das crianças e dos jovens, adultos e idosos de nosso país, sempre ávidos por aprender e por nos ensinar. Educação que tenha a utopia de buscar resgatar a totalidade do conhecimento, considerando a sua complexidade. Uma Educação em Direitos Humanos que contribua para a transformação social e por um país realmente mais digno e justo, que todos e todas buscamos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça; UNESCO, 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo, Cortez/IPF, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. Educação em direitos humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire. In: SHILLING, Flávia (Org). **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**. 2 ed., São Paulo, Cortez, pg. 171-181.

PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma Educação Intertranscultural**. São Paulo, Cortez/IPF, 2007; Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

PINI, Francisca R. de Oliveira; MORAES, Célio V. (orgs.). **Educação, participação política e direitos humanos**. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.